

**Greenbrier Maxion
Equipamentos e
Serviços Ferroviários S.A.**

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e à Diretoria da
Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de abril de 2019


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Fernando Augusto Lopes Silva
Contador
CRC nº 1 SP 250631/O-7

GREENBRIER MAXION EQUIPAMENTOS E SERVICOS FERROVIÁRIOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.112	44.435	Empréstimos e financiamentos	11	99.152	50.042
Contas a receber de clientes	5	25.940	42.922	Fornecedores	12	94.420	65.808
Estoques	6	171.593	69.936	Obrigações tributárias		1.484	1.556
Impostos a recuperar	7	22.229	16.099	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13	21.099	21.522
Despesas antecipadas		505	1.062	Adiantamentos de clientes		17	-
Outros créditos		<u>1.170</u>	<u>470</u>	Outras obrigações		<u>6.728</u>	<u>9.899</u>
Total do ativo circulante		<u>239.549</u>	<u>174.924</u>	Total do passivo circulante		<u>222.900</u>	<u>148.827</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes	5	656	765	Empréstimos e financiamentos	11	784	563
Impostos a recuperar	7	365	965	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14	11.376	12.045
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	14.490	16.005	Outras obrigações		<u>816</u>	<u>1.133</u>
Depósitos judiciais	15	6.478	4.007	Total do passivo não circulante		<u>12.976</u>	<u>13.741</u>
Outros créditos		1.000	1.000				
Imobilizado	10	<u>58.621</u>	<u>55.872</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do ativo não circulante		<u>81.610</u>	<u>78.614</u>	Capital social	15	87.707	87.707
				Reserva de capital		-	9.952
				Ajuste de avaliação patrimonial	15	1.340	1.564
				Prejuízos acumulados		<u>(3.764)</u>	<u>(8.253)</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>85.283</u>	<u>90.970</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>321.159</u>	<u>253.538</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>321.159</u>	<u>253.538</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENBRIER MAXION EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS FERROVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	16	567.024	711.499
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	19	(511.069)	(629.682)
LUCRO BRUTO		<u>55.955</u>	<u>81.817</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Com vendas	19	(25.957)	(30.886)
Gerais e administrativas	19	(17.912)	(18.609)
Honorários da Administração	19	(4.396)	(3.741)
Outras despesas operacionais, líquidas	20	(5.188)	(6.873)
LUCRO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		<u>2.502</u>	<u>21.708</u>
Receitas financeiras	17	900	1.727
Despesas financeiras	17	(5.145)	(15.896)
Variação cambial, líquida	18	(2.359)	421
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(4.102)</u>	<u>7.960</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	8.b	-	(2.460)
Diferidos	8.b	(1.538)	2.934
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>(5.640)</u>	<u>8.434</u>
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO - R\$	16.c	<u>(0,11671)</u>	<u>0,17452</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENBRIER MAXION EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS FERROVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(5.640)	8.434
Outros resultados abrangentes		-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(5.640)</u>	<u>8.434</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENBRIER MAXION EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS FERROVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		24.013	9.952	2.199	(16.906)	19.258
Aumento de capital		63.694				63.694
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários				(635)	635	-
Baixa de ativos sujeitos ao custo atribuído					(416)	(416)
Lucro do exercício					8.434	8.434
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>87.707</u>	<u>9.952</u>	<u>1.564</u>	<u>(8.253)</u>	<u>90.970</u>
Realização de reserva de capital			(9.952)		9.952	-
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários				(224)	224	-
Baixa de ativos sujeitos ao custo atribuído					(47)	(47)
Prejuízo do exercício					(5.640)	(5.640)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>87.707</u>	<u>-</u>	<u>1.340</u>	<u>(3.764)</u>	<u>85.283</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENBRIER MAXION EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS FERROVIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2018	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(5.640)	8.434
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação	19	7.873	7.602
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.538	(2.934)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	11	4.180	8.549
Custo residual de bens do ativo imobilizado baixados	10	1.534	2.118
Reversão de provisão para perdas nos estoques	6	(1.749)	2.219
Provisão para credores de liquidação duvidosa	5	-	(740)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	11	5	1.084
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquida de reversões	14	(669)	2.123
Outros			-
Redução (aumento) nos ativos:			
Contas a receber de clientes	5	17.091	(10.681)
Estoques	6	(99.908)	41.025
Impostos a recuperar	7	(5.530)	5.483
Depósitos judiciais		(2.471)	(2.599)
Outros créditos e demais contas		143	(841)
(Redução) aumento nos passivos:			
Fornecedores	12	28.612	6.881
Adiantamentos de clientes		17	(1.880)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13	(423)	(7.956)
Outras obrigações e demais contas		<u>(3.916)</u>	<u>7.503</u>
Caixa gerado pelas operações		(59.313)	65.390
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	(2.460)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	11	<u>(1.487)</u>	<u>(9.107)</u>
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		<u>(60.800)</u>	<u>53.823</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de bens do ativo imobilizado	10	<u>(12.156)</u>	<u>(9.710)</u>
Caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(12.156)</u>	<u>(9.710)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Integralização de capital		-	63.694
Captações de empréstimos e financiamentos	11	68.235	141.645
Amortizações de empréstimos e financiamentos - principal	11	<u>(21.602)</u>	<u>(207.221)</u>
Caixa aplicado (gerado pelas) nas atividades de financiamento		46.633	(1.882)
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(26.323)</u>	<u>42.231</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		44.435	2.204
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		18.112	44.435
(AUMENTO) REDUÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(26.323)</u>	<u>42.231</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GREENBRIER MAXION EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS FERROVIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Disposições gerais

A Greenbrier Maxion Equipamentos e Serviços Ferroviários S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 16 de setembro de 2014, com sede na Rua Dez, s/n, na Área Sítio São João, Jardim São Camilo, na cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo.

Suas atividades produtivas tiveram início em 1º de maio de 2015 e consistem na fabricação, usinagem, montagem, distribuição ou venda de quaisquer tipos de máquinas ferroviárias, bem como na importação e exportação.

A gestão da empresa é feita de modo compartilhado composta por dois sócios, sendo eles; Amsted Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A. com 40% de participação, e Greenbrier do Brasil Participações Ltda com 60% de participação.

1.2. Plano operacional e ações implementadas pela Administração da Companhia

Entre as ações tomadas pela Administração para melhorar os resultados e o nível de liquidez destacam-se as seguintes:

- a) Realinhamento dos processos produtivos e desenvolvimento de produtos envolvendo importantes ações de eficiência tecnológica, como a redução de "part numbers", por exemplo.
- b) Introdução da área de serviços em revisões/manutenção em vagões, permitindo a melhor distribuição e absorção da mão de obra produtiva, além de atender uma demanda do mercado.
- c) Implantação de segmento especializado em serviços ferroviários para revisão, manutenção, reforma e transformação, de vagões ferroviários de cargas. O principal objetivo da nova linha de serviços é oferecer ao mercado soluções completas no que se refere à operacionalização de vagões de carga, por meio de uma proposta superior em benefício aos clientes. Isso permite que as operadoras fiquem livres de preocupações e custos elevados referentes à manutenção de seus vagões, concentrando esforços no foco real de seu negócio. As principais vantagens aos clientes, são: maior confiabilidade e disponibilidade; melhor produtividade; redução de "back log" de manutenção; redução de custos indiretos, gestão de materiais e diminuição de trem-hora-parada, além da reciclagem e reaproveitamento de materiais e peças.

Os acionistas são mantidos atualizados acerca dos resultados da Companhia e conferem suporte às suas operações com garantias e linhas de crédito, mantendo assim o compromisso de financiar as operações e prover o suporte financeiro necessário para o pagamento de suas obrigações, caso elas sejam necessárias. Com as medidas e os cenários apresentados, a Administração não identificou situações que possam afetar a continuidade operacional da Companhia.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e CVM.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados bens do ativo imobilizado, que foram avaliados pelo custo atribuído e, quando aplicável, instrumentos financeiros mensurados por valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

c) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico em que opera.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem eventualmente divergir dessas estimativas.

As estimativas e suas premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no resultado a partir do exercício corrente.

Áreas que envolveram estimativas e julgamentos estão sendo divulgadas como segue:

- Nota explicativa nº 5 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- Nota explicativa nº 6 - Provisão para perdas nos estoques.
- Nota explicativa nº 8 - Imposto de renda e contribuição social diferidos.
- Nota explicativa nº 14 - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.
- Nota explicativa nº 21 - Gestão de riscos e instrumentos financeiros.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Adoção das ifrns novas e revisadas em vigor no exercício corrente

3.1.1. Impacto da adoção inicial da IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros

A Companhia adotou a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (revisada em julho de 2014) e as correspondentes alterações relevantes às outras IFRSs no exercício corrente, em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. As disposições de transição da IFRS 9 permitem que a Companhia não rerepresente informações comparativas. Portanto, a Companhia optou por não rerepresentar informações comparativas relacionadas à classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

A IFRS 9 introduziu novas exigências para: 1) A classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, 2) A redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e 3) A contabilização geral de hedge. A Companhia adotou a IFRS 9 de acordo com as disposições de transição descritas na IFRS 9. Os detalhes dessas novas exigências, bem como seu impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, estão descritos a seguir.

Classificação e mensuração de ativos financeiros

(a) A data de adoção inicial (isto é, a data na qual a Companhia avaliou seus ativos e passivos financeiros com base nas exigências da IFRS 9) foi 1º de janeiro de 2018.

Todos os ativos financeiros reconhecidos que fazem parte do escopo da IFRS 9 devem ser subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo com base no modelo de negócios da Companhia para gestão de ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros.

Especificamente:

Os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja o de coletar os fluxos de caixa contratuais e que tenham fluxos de caixa contratuais que correspondam exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado;

Os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja tanto o de coletar os fluxos de caixa contratuais quanto o de vender os ativos financeiros e que tenham fluxos de caixa contratuais que correspondam exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto, são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes;

Todos os outros investimentos em ativos financeiros e investimentos em instrumentos patrimoniais são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros em: (i) custo amortizado; e (ii) valor justo por meio do resultado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

(i) Custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado os ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber de clientes" e "Outros créditos".

(ii) Valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) os ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

Mensuração inicial

No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro. Para o contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:

(i) Custo amortizado

Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

(iii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Em relação à redução ao valor recuperável de ativos financeiros, a IFRS 9 requer um modelo de perdas de crédito esperadas em contrapartida a um modelo de perdas de crédito incorridas de acordo com a IAS 39 (CPC 38). O modelo de perdas de crédito esperadas requer que a Companhia contabilize as perdas de crédito esperadas e as variações nessas perdas de crédito esperadas em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial dos ativos financeiros. Em outras palavras, não é mais necessário que um evento de crédito ocorra antes que as perdas de crédito sejam reconhecidas. Especificamente, a IFRS 9 requer que a Companhia reconheça uma provisão para perdas de crédito esperadas sobre o contas a receber. Em particular, a IFRS 9 requer que a Companhia mensure a provisão para perdas para um instrumento financeiro em valor equivalente à perda de crédito esperada (PCE) durante a vida útil se o risco de crédito relacionado a esse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, ou se o instrumento financeiro corresponder a um ativo financeiro sujeito a redução ao valor recuperável adquirido ou originado. Porém, se o risco de crédito relacionado a um instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial (exceto para um ativo financeiro sujeito a redução ao valor recuperável adquirido ou originado), a Companhia deve mensurar a provisão para perdas para aquele instrumento financeiro em um valor correspondente à PCE do período de 12 meses. A IFRS 9 requer ainda uma abordagem simplificada para a mensuração da provisão para perdas em um valor correspondente à PCE durante a vida útil para contas a receber, ativos de contrato e valores a receber de arrendamento em determinadas circunstâncias.

Dentre os ativos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável, as contas a receber de clientes (vide nota explicativa nº 5). As atividades da Companhia estão organizadas no segmento ferroviário, sendo a grande maioria das suas contas a receber com poucos cliente e de adequada saúde financeira e, por esse motivo, a perda com recebíveis no exercício findo em 2018 representou 0,08% de seu faturamento (sendo 0,07% em 2017). Logo, resultados da Companhia não apresentaram impactos relevantes na adoção do reconhecimento de perdas de crédito.

Passivos financeirosClassificação

Os passivos financeiros da Companhia são classificados em:

- (i) Custo amortizado, representado por fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Reconhecimento inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, e contas a pagar). A

Companhia possui como passivos financeiros: contas a pagar, empréstimos e financiamentos. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos passivos a mensuração subsequente será:

(i) Custo amortizado

Os passivos classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

O resumo da nova classificação é como segue:

<u>Ativo/Passivo financeiro</u>	<u>Classificação anterior</u>	<u>Classificação IFRS 9</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

3.1.2. Impacto da adoção da IFRS 15 (CPC 47) – Receita de Contratos com Clientes

No exercício corrente, a Companhia adotou a IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes (conforme alterada em abril de 2016) em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A IFRS 15 introduziu uma abordagem de reconhecimento de receitas composta por cinco passos. Orientações muito mais rígidas foram acrescentadas na IFRS 15 para abordar cenários específicos. Os detalhes dessas novas exigências, bem como seu impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, estão descritos a seguir. A Companhia adotou o pronunciamento utilizando o método de adoção retrospectivo modificado, e identificou que os critérios de reconhecimento e mensuração não sofreram alterações, e as vendas divulgadas na nota explicativa nº 16 não apresentaram impactos relevantes na adoção dessa norma a partir de 1º de janeiro de 2018. A adoção da IFRS 15 não teve impacto sobre a posição financeira e/ou desempenho financeiro da Companhia.

Durante a adoção da IFRS 15, a Companhia não identificou impactos relevantes nos exercícios de 2018 e 2017.

3.2. Demais políticas contábeis

a) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

O CPC 47, equivalente à norma internacional IFRS 15, substitui o CPC 30 – Receitas equivalente à norma internacional IAS 18) e interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

O CPC 47 exige que a Companhia exerça julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes.

Receita de vendas de produtos

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido, e quando há a transferência do controle ao comprador. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. A Companhia não fornece garantia além daquela prevista por lei, em linha com a prática no setor.

b) Transações em moeda estrangeira

São convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras no encerramento de cada exercício são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no encerramento de cada exercício. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo for apurado.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários com prazos para resgate de até 90 dias contados da data da aplicação e considerados de liquidez imediata ou conversíveis em montante de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até o encerramento de cada exercício, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

d) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída considerando-se o critério de perda esperada. Há uma análise da composição do contas a receber como um todo, adotando como critério o provisionamento de todos aqueles clientes cujas faturas não apresentem expectativa de geração de benefícios econômicos futuros à Sociedade.

e) Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas, quando aplicável. O custo médio inclui gastos incorridos na aquisição, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazer os estoques às localidades e condições de venda. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido de mercado é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A Companhia realiza estimativas para avaliação da provisão para perdas nos estoques, a qual julga ser em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis na realização dos estoques, com base na política definida pela Administração. A provisão para perdas nos estoques é constituída levando em consideração o histórico de consumo de quantidade item a item nos últimos 12 meses, comparado com o saldo de estoques existentes no exercício. Para aquelas quantidades que excederem o consumo histórico dos últimos 12 meses e que não exista nenhuma previsão de vendas futuras, uma provisão é constituída.

f) Imobilizado

1) Reconhecimento e mensuração

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização.

Peças de reposição de máquinas, necessárias à normalidade do funcionamento de bens do imobilizado e que resultem em aumento da vida útil do bem em período superior a 12 meses, são classificadas como imobilizado.

2) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente fluirão para a Companhia e seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção corrente no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

3) Depreciação

Calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais aproximadamente reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação estimadas com base nas vidas úteis estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados no encerramento de cada exercício, e eventuais ajustes são reconhecidos posteriormente como mudança de estimativas contábeis.

g) Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos operacionais não são reconhecidos no balanço patrimonial.

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Nos casos aplicáveis, os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados por meio da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

h) Avaliação do valor recuperável - "impairment"

1) Ativo imobilizado

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo e o seu valor de uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment").

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

2) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado no encerramento de cada exercício para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

i) Provisões

1) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. A provisão é quantificada ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

É atualizada até o encerramento de cada exercício pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores jurídicos da Companhia. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 14.

2) Provisão para garantias

A provisão para o custo esperado com a garantia dos produtos vendidos é reconhecida na data da venda dos respectivos produtos com base na melhor estimativa da Administração em relação aos gastos necessários para liquidar a obrigação da Companhia.

j) Tributação

J.1) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base na alíquota vigente no encerramento de cada exercício, sendo de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual), para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

J.2) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no encerramento de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no encerramento de cada exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia, no encerramento de cada exercício, espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal com o passivo fiscal e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido de seus ativos e passivos fiscais.

k) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos exercícios apresentados.

l) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

(a) OP contabilização do arrendatário

Arrendamentos operacionais

Na adoção inicial da IFRS 16, para todos os arrendamentos (exceto conforme descrito a seguir), a Companhia:

- a) Reconhecerá ativos de direito de uso e obrigações de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento futuros;
- b) Reconhecerá a depreciação dos ativos de direito de uso e a participação nas obrigações de arrendamento na demonstração consolidada do resultado; e
- c) Segregará o valor total de caixa pago em principal (apresentado em atividades de financiamento) e juros (apresentado em atividades operacionais) na demonstração do fluxo de caixa.

De acordo com a IFRS 16, os ativos de direito de uso serão submetidos ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 (R1)). Essa norma substituirá a exigência anterior de reconhecimento da provisão para contratos de arrendamento onerosos.

Para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores e móveis de escritório), a Companhia optará por reconhecer uma despesa de arrendamento em base linear conforme previsto na IFRS 16.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui compromissos de arrendamento operacional não canceláveis no valor de R\$79.376. O impacto no resultado de 2019, corresponderá a uma redução em "Outras despesas" em R\$25.147, aumento na depreciação em R\$21.985 e aumento nas despesas com juros em R\$3.162.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e bancos	11.537	36.164
Aplicações financeiras de liquidez imediata	<u>6.575</u>	<u>8.271</u>
Total	<u>18.112</u>	<u>44.435</u>

Em 31 de dezembro de 2018, as aplicações financeiras mantidas pela Companhia são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, distribuídos em diversas instituições financeiras com remuneração de 95,63% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (96,50% em dezembro de 2017), e estão classificadas como caixa e equivalentes de caixa, por possuírem prazo máximo de 90 dias para resgate da data da aplicação e serem consideradas ativos financeiros com garantia de resgate imediato, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Composição

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
No Brasil	27.074	44.165
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(478)</u>	<u>(478)</u>
Total	<u>26.596</u>	<u>43.687</u>
Ativo circulante	25.940	42.922
Ativo não circulante	656	765
<u>Saldos por idade de vencimento</u>		
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A vencer	26.557	43.456
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	37	216
De 31 a 60 dias	-	12
De 61 a 90 dias	-	3
De 91 a 180 dias	2	-
Acima de 181 dias	<u>478</u>	<u>478</u>
Total	<u>27.074</u>	<u>44.165</u>

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa foi como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo no início do exercício	(478)	(1.218)
Reversões	-	1.744
Adições	-	(1.004)
Saldo no fim do exercício	<u>(478)</u>	<u>(478)</u>

6. ESTOQUES

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Produtos acabados	121.254	24.217
Produtos em elaboração	7.316	5.302
Matérias-primas	42.822	41.693
Materiais auxiliares	1.633	1.099
Adiantamentos a fornecedores	11	733
Importações em andamento	57	141
Provisão para perdas	(1.500)	(3.249)
Total	<u>171.593</u>	<u>69.936</u>

A movimentação na provisão para perdas de estoques foi como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo no início do exercício	(3.249)	(1.030)
Provisões	(2.533)	(5.995)
Reversões	4.282	3.776
Saldo no fim do exercício	<u>(1.500)</u>	<u>(3.249)</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	10.541	4.142
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3.813	6.188
Programa de Integração Social - PIS	1.244	1.273
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	6.612	5.037
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	384	381
Outros	-	43
Total	<u>22.594</u>	<u>17.064</u>
Ativo circulante	22.229	16.099
Ativo não circulante	365	965

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Diferidos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prejuízos fiscais	5.008	4.130
Base negativa de contribuição social	1.803	1.487
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	3.868	3.830
Provisão para perdas nos estoques	510	1.105
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	162	163
Provisão para participação nos resultados	1.884	2.674
Provisão para garantia e revisões	1.031	1.041
Outras	1.067	2.515
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	<u>15.333</u>	<u>16.945</u>
Custo atribuído ao imobilizado	<u>(690)</u>	<u>(806)</u>
Diferença de critério de depreciação	<u>(153)</u>	<u>(134)</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	<u>(843)</u>	<u>(940)</u>
Ativo tributário diferido líquido	<u>14.490</u>	<u>16.005</u>

Com base em projeções de lucros tributáveis aprovados pela Administração, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, bem como provenientes de diferenças temporárias nos seguintes exercícios:

<u>Ano</u>	<u>R\$</u>
2019	16
2020	2.747
2021	2.921
2022	3.324
2023	3.956
2024 em diante	<u>1.526</u>
Total	<u>14.490</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios.

b) Conciliação das alíquotas fiscais do imposto de renda com sua taxa efetiva

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.102)	7.960
Alíquota combinada	34%	34%
Crédito/(Débito) de imposto de renda e contribuição social à alíquota combinada	1.395	(2.706)
Diferenças permanentes	<u>(2.933)</u>	<u>3.180</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(1.538)</u>	<u>474</u>
Correntes	-	(2.460)
Diferidos	(1.538)	2.934
Alíquotas efetivas	(37%)	(6%)

9. PARTES RELACIONADAS

- a) Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração, conforme estatuto, estão apresentados a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal-chave da Administração (salários e benefícios)	<u>4.396</u>	<u>3.741</u>

- b) Foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia as operações entre partes relacionadas a preços, prazos e encargos financeiros, de acordo com as condições estabelecidas entre as partes. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício findo naquela data, relativas às operações com partes relacionadas, são detalhados a seguir:

	2018			
	Ativo	Passivo	Resultado	
	Contas a receber	Fornecedores	Vendas	Compras
Amsted Rail Company, Inc. (*)	-	5	-	18.741
Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários S.A. (*)	115	23.762	-	40.358
Amsted Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A. (*)	156	486	365	119.737
Iochpe Maxion S.A. (*)	-	-	-	-
Total	<u>271</u>	<u>24.253</u>	<u>365</u>	<u>178.836</u>
	2017			
	Ativo	Passivo	Resultado	
	Contas a receber	Fornecedores	Vendas	Compras
Amsted Rail Company, Inc. (*)	-	59	797	38.968
Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários S.A. (*)	43	13.871	108	51.489
Amsted Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A. (*)	308	976	1.468	134.237
Iochpe Maxion S.A. (*)	-	1	-	-
Total	<u>351</u>	<u>14.907</u>	<u>2.373</u>	<u>224.694</u>

(*) A Companhia adquire matérias-primas e componentes ferroviários (principalmente eixos, rolamentos, rodas e fundidos ferroviários) da Amsted Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.) e da Amsted Rail Brasil Equipamentos Ferroviários S.A., empresa controlada pela Amsted Industries, Inc.

- c) Contrato de serviços compartilhados ("shared services agreement")

Em 6 de maio de 2015, a Companhia e a Amsted Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A., visando à redução de custos e despesas, firmaram um contrato pelo qual é regulamentado o compartilhamento da infraestrutura de gestão que compreende, entre outros, funcionários, técnicos, empreiteiros, equipamentos e materiais (estrutura administrativa), estando abrangido pelo contrato o compartilhamento das despesas dos seguintes setores corporativos: Diretoria, Informática, Contabilidade, Tesouraria, Vendas, Marketing e Planejamento Estratégico. Despesas de infraestrutura e instalações que compõem esse contrato, lançadas em "Despesas gerais e administrativas", somaram R\$1.840 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$2.860 em 31 de dezembro de 2017).

10. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação - %	2018		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edificações e benfeitorias	5,55	6.777	(2.001)	4.776
Máquinas e equipamentos	11,00	45.680	(22.882)	22.798
Ferramentais	11,00	590	(324)	266
Moldes	18,00	27.575	(11.662)	15.913
Móveis e utensílios	7,00	4.678	(1.678)	3.000
Veículos	22,22	1.110	(606)	504
Equipamentos de computação	31,50	4.847	(3.319)	1.528
Outras imobilizações	2,25	89	(85)	4
Obras em andamento	-	9.832		9.832
Total		<u>101.178</u>	<u>(42.557)</u>	<u>58.621</u>

	Taxa média anual de depreciação - %	2017		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edificações e benfeitorias	5,55	6.359	(1.380)	4.979
Máquinas e equipamentos	11,00	44.234	(20.814)	23.420
Ferramentais	11,00	966	(576)	390
Moldes	18,00	27.554	(9.670)	17.884
Móveis e utensílios	7,00	3.685	(1.387)	2.298
Veículos	22,22	1.110	(207)	903
Equipamentos de computação	31,50	4.594	(2.820)	1.774
Outras imobilizações	2,25	89	(82)	7
Obras em andamento	-	4.217	-	4.217
Total		<u>92.808</u>	<u>(36.936)</u>	<u>55.872</u>

Movimentação do custo do imobilizado

	2017		2018		Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	
Edificações e benfeitorias	6.359	-	-	418	6.777
Máquinas e equipamentos	44.234	675	(352)	1.123	45.680
Ferramentais	966	-	-	(376)	590
Moldes	27.554	-	(2.408)	2.429	27.575
Móveis e utensílios	3.685	-	(7)	1.000	4.678
Veículos	1.110	-	-	-	1.110
Equipamentos de computação	4.594	-	(56)	309	4.847
Outras imobilizações	89	-	-	-	89
Obras em andamento	4.217	11.481	(963)	(4.903)	9.832
Total	<u>92.808</u>	<u>12.156</u>	<u>(3.786)</u>	<u>-</u>	<u>101.178</u>

	2016	2017			Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transferências	
Edificações e benfeitorias	5.015	78	-	1.266	6.359
Máquinas e equipamentos	42.193	308	(3.245)	4.977	44.234
Ferramentais	1.736	7	(776)	-	967
Moldes	27.353	290	(477)	388	27.554
Móveis e utensílios	3.536	420	(663)	392	3.685
Veículos	531	-	(531)	1.110	1.110
Equipamentos de computação	3.919	42	(107)	739	4.594
Outras imobilizações	93	-	(4)	-	89
Obras em andamento	4.608	8.564	(83)	(8.872)	4.217
Total	<u>88.984</u>	<u>9.710</u>	<u>(5.886)</u>	<u>-</u>	<u>92.808</u>

Movimentação da depreciação do imobilizado

	2017	2018		Depreciação acumulada
	Depreciação acumulada	Adições	Baixas	
Edificações e benfeitorias	(1.380)	(621)	-	(2.001)
Máquinas e equipamentos	(20.814)	(2.456)	388	(22.882)
Ferramentais	(576)	(44)	296	(324)
Moldes	(9.670)	(3.506)	1.514	(11.662)
Móveis e utensílios	(1.387)	(295)	4	(1.678)
Veículos	(207)	(406)	7	(606)
Equipamentos de computação	(2.820)	(542)	43	(3.319)
Outras imobilizações	(82)	(3)	-	(85)
Total	<u>(36.936)</u>	<u>(7.873)</u>	<u>2.252</u>	<u>(42.557)</u>

	2016	2017		Depreciação acumulada
	Depreciação acumulada	Adições	Baixas	
Edificações e benfeitorias	(692)	(688)	-	(1.380)
Máquinas e equipamentos	(19.692)	(3.124)	2.002	(20.814)
Ferramentais	(978)	(92)	494	(576)
Moldes	(7.390)	(2.547)	267	(9.670)
Móveis e utensílios	(1.491)	(377)	481	(1.387)
Veículos	(374)	(258)	425	(207)
Equipamentos de computação	(2.407)	(509)	96	(2.820)
Outras imobilizações	(78)	(7)	3	(82)
Total	<u>(33.102)</u>	<u>(7.602)</u>	<u>3.768</u>	<u>(36.936)</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes abaixo do valor recuperável, e, dessa forma, nenhuma provisão para "impairment" foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	<u>Indexador</u>	<u>Taxa efetiva anual de juros - %</u>	<u>Última data de vencimento</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Moeda nacional:					
Capital de giro	CDI	12,50	17/05/2018	-	14.135
NCE	CDI+1,66%	8,17	06/07/2019	10.176	-
NCE	CDI+3,04%	9,63	15/07/2019	11.488	-
Finame	-	10,87	15/12/2022	812	-
Financiamento "intercompany"	-	0,17	31/01/2019	30.241	35.558
Financiamento "intercompany"	CDI	6,40	27/03/2019	35.490	-
Financiamento "intercompany"	CDI+7,39%	14,26	22/04/2019	11.193	-
"Leasing"	-	10,91	24/02/2019	43	111
"Leasing"	-	10,92	02/04/2019	182	387
"Leasing"	-	8,42	17/08/2020	311	414
Total				<u>99.936</u>	<u>50.605</u>
Passivo circulante				99.152	50.042
Passivo não circulante				784	563

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo em 31 de dezembro	50.605	115.655
Captações	68.235	141.645
Provisão de juros	4.180	8.549
Amortização do principal	(21.602)	(207.221)
Pagamento de juros	(1.487)	(9.107)
Variação cambial na conversão	5	1.084
Saldo em 31 de dezembro	<u>99.936</u>	<u>50.605</u>

12. FORNECEDORES

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
No País	70.010	50.245
No exterior	157	656
Partes relacionadas (nota explicativa nº 9)	24.253	14.907
Total	<u>94.420</u>	<u>65.808</u>

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Encargos sociais	3.745	4.627
Provisão para férias	11.666	8.883
Participação nos resultados	5.540	7.865
Outros	148	147
Total	<u>21.099</u>	<u>21.522</u>

14. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas, entre outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, em análise das demandas judiciais pendentes e em ações trabalhistas, com base em experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Processos trabalhistas	9.622	11.265
Processos tributários federal	<u>1.754</u>	<u>780</u>
Total	<u>11.376</u>	<u>12.045</u>

A movimentação durante o exercício é apresentada a seguir:

	<u>Saldo em 2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualizações</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 2018</u>
Processos trabalhistas	11.265	3.127	427	(5.197)	9.622
Processos tributários federal	<u>780</u>	<u>974</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.754</u>
Total	<u>12.045</u>	<u>4.101</u>	<u>427</u>	<u>(5.197)</u>	<u>11.376</u>

	<u>Saldo em 2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualizações</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 2017</u>
Processos trabalhistas	9.845	1.211	806	(597)	11.265
Processos tributários federal	<u>77</u>	<u>701</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>780</u>
Total	<u>9.922</u>	<u>1.912</u>	<u>808</u>	<u>(597)</u>	<u>12.045</u>

A seguir, uma breve descrição dos processos em que a Companhia figura como parte, de acordo com sua natureza:

Reclamações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia figurava como parte em 583 processos (em 2017 foram 449 processos) trabalhistas. Os principais temas abordados nesses processos versam sobre doenças ocupacionais, acidentes, adicionais de insalubridade e periculosidade, horas extras, equiparações salariais e verbas rescisórias, entre outros, não existindo processos de valor individualmente relevante. O montante total discutido é de R\$91.067 (R\$87.710 em 2017), para o qual a provisão no valor de R\$9.622 (R\$11.265 em 2017) foi constituída com base em informações históricas representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável. Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco remoto, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização nem sua divulgação.

Riscos possíveis

A Companhia possui diversas ações tributárias e cíveis em andamento, cujos prognósticos de perda, conforme estimativas da Companhia e de seus consultores jurídicos, são considerados possíveis, razão pela qual não requerem o registro de provisões. Em 31 de dezembro de 2018, as ações tributárias somavam R\$2.889 (2.662 em 31 de dezembro de 2017), as ações cíveis somavam R\$ 855 (R\$703 em 31 de dezembro de 2017).

Depósitos judiciais recursais

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de R\$6.478 (R\$4.007 em 31 de dezembro de 2017) é representado por depósitos judiciais relativos a reclamações trabalhistas, tributários e cíveis. Tais depósitos, que não envolvem obrigações correntes, foram necessários para dar andamento aos processos. Na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda não é considerada como provável e, portanto, não foi constituída provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$87.707 em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

	<u>País</u>	<u>Número de ações</u>	<u>% de participação</u>	<u>Total</u>
Amsted Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	Brasil	19.330.272	40,0	19.330
Greenbrier do Brasil Participações Ltda.	Brasil	28.995.406	60,0	68.377
Total		<u>48.325.678</u>	<u>100,0</u>	<u>87.707</u>

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Constituído em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado (custo atribuído), com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante e estão sendo realizados por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários.

c) Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e na respectiva quantidade média de ações em circulação, conforme o quadro a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(5.640)	8.434
Quantidade média ponderada de ações	<u>48.325.678</u>	<u>48.325.678</u>
Lucro(Prejuízo)do exercício por ação - básico e diluído - R\$	<u>(0,11671)</u>	<u>0,17452</u>

A Companhia não possui instrumentos dilutivos e, por isso, o lucro (prejuízo) por ação básico é igual ao diluído

16. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita bruta de vendas		
Vendas de produtos	597.598	752.564
Vendas de serviços	4.856	4.726
Deduções:		
Impostos sobre as vendas e serviços	(32.566)	(43.745)
Devoluções e cancelamentos do exercício	<u>(2.864)</u>	<u>(2.046)</u>
Receita líquida de vendas	<u>567.024</u>	<u>711.499</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas financeiras-		
Descontos obtidos e juros ativos	<u>900</u>	<u>1.727</u>
Total	<u>900</u>	<u>1.727</u>
Despesas financeiras:		
Juros e encargos financeiros	(4.693)	(13.514)
Comissão sobre aval	-	(876)
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	(231)	(661)
Outras	<u>(221)</u>	<u>(845)</u>
Total	<u>(5.145)</u>	<u>(15.896)</u>

18. VARIAÇÃO CAMBIAL, LÍQUIDA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Varição cambial ativa sobre ativos e passivos denominados em moeda estrangeira	846	1.542
Varição cambial passiva sobre ativos e passivos denominados em moeda estrangeira	<u>(3.205)</u>	<u>(1.121)</u>
Total	<u>(2.359)</u>	<u>421</u>

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Matéria-prima	(333.638)	(410.049)
Salários, encargos e benefícios	(143.964)	(176.762)
Materiais e manutenção	(21.412)	(23.541)
Energia elétrica	(2.221)	(2.556)
Depreciação	(7.873)	(7.602)
Serviços prestados por terceiros	(9.950)	(10.646)
Fretes	(20.011)	(18.253)
Comissões	(1.483)	(1.412)
Garantia	(2.522)	(7.206)
Locomoção e comunicação	(3.008)	(3.666)
Outros custos	<u>(13.252)</u>	<u>(21.225)</u>
Total	<u>(559.334)</u>	<u>(682.918)</u>

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Classificadas como:		
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(511.069)	(629.682)
Despesas com vendas	(25.957)	(30.886)
Honorários da Administração	(4.396)	(3.741)
Despesas gerais e administrativas	<u>(17.912)</u>	<u>(18.609)</u>
Total	<u>(559.334)</u>	<u>(682.918)</u>

Parte substancial das vendas da Companhia são praticadas nas modalidades do incoterms conhecidas como Freight On Board (FOB) na qual a Companhia é responsável por disponibilizar a mercadoria para retirada em seu site e o cliente retém a responsabilidade total da coleta (tanto financeiramente, quanto em termos de salvaguarda do bem). Nesse momento, se dá a transferência de controle do produto ao cliente, e, conseqüentemente, o momento de reconhecimento da receita.

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Outras receitas:		
Crédito extemporâneo de ICMS	-	235
Regime especial de reintegração de valores tributários para empresas exportadoras - Reintegra	530	70
Proex	442	-
Convenio de Cooperação Técnica	303	-
Outros	<u>129</u>	<u>130</u>
	<u>1.404</u>	<u>435</u>
Outras despesas:		
Contingências e custos judiciais	(4.256)	(5.120)
Projeto Formare (Fundação Iochpe)	(180)	(153)
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	(388)	(213)
Impostos federais e estaduais	(27)	(937)
Contribuição para associação de classe	(214)	(128)
Consultoria organizacional	(676)	-
Auditoria	(134)	-
Outras	<u>(717)</u>	<u>(757)</u>
	<u>(6.592)</u>	<u>(7.308)</u>
Total de outras despesas operacionais, líquidas	<u>(5.188)</u>	<u>(6.873)</u>

21. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle interno, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política relativa à contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é também aprovada pelo Conselho de Administração da Iochpe-Maxion S.A., sendo subsequentemente analisada de forma periódica em relação à exposição ao risco que a Administração pretende proteger (câmbio). A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em nenhum outro ativo de risco. Os resultados obtidos dessas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Classificação dos instrumentos financeiros - por categoria

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativos financeiros-			
Custo amortizado:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.112	44.435
Contas a receber de clientes (incluem partes relacionadas)	5	<u>26.596</u>	<u>43.687</u>
Total		<u><u>44.708</u></u>	<u><u>88.122</u></u>
Passivos financeiros-			
Custo amortizado:			
Empréstimos e financiamentos	11	99.936	50.605
Fornecedores (incluem partes relacionadas)	12	<u>94.420</u>	<u>65.808</u>
Total		<u><u>194.356</u></u>	<u><u>116.413</u></u>

b) Valores justos

A Companhia aplica as regras de hierarquização para avaliação dos valores justos de seus instrumentos financeiros conforme as práticas contábeis do pronunciamento técnico CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - outras informações, exceto aquelas incluídas no Nível 1, pelas quais os preços cotados (não ajustados) são para os ativos e passivos similares (diretamente como preços ou indiretamente como derivados dos preços) em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado ou substancialmente quanto à integridade dos termos dos ativos ou passivos.
- Nível 3 - informações disponíveis em virtude de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que não são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos (não observáveis).

Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa ou agência reguladora, entre outros, e aqueles preços representarem transações de mercado reais e que ocorram regularmente em bases puramente comerciais; sendo assim, o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados no encerramento de cada exercício, estando incluído no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativo de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

No caso da Companhia, os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como contas-correntes bancárias, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores de curto prazo, apresentam-se por valores próximos de mercado.

Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado no qual a Companhia está inserida e confiam o menos possível nas estimativas específicas da Companhia.

Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem fornecidas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Caso as informações sejam oriundas de dados internos da Companhia, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía instrumentos financeiros avaliados a valores justos.

c) Gestão de riscos financeiros

As operações da Companhia estão sujeitas aos seguintes fatores de risco:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating".

As receitas, quase em sua totalidade, são distribuídas entre as operadoras logísticas ferroviárias e mineradoras. A Administração da Companhia acredita que constitui provisões suficientes para fazer frente ao não recebimento, e não há diferenças entre o valor justo e contábil dessas provisões (vide valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa na nota explicativa nº 5).

Adicionalmente, uma parcela significativa de suas compras é feita com partes relacionadas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a área de Tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, quando aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais (por exemplo, restrições de moeda). Por meio de sua política de gestão de riscos, a Companhia define limite mínimo de caixa e indicadores financeiros de gestão da dívida.

O quadro a seguir representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

	2018	
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos
Fornecedores	94.420	-
Empréstimos e financiamentos	99.152	784
Total	<u>193.572</u>	<u>784</u>

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita aos ganhos ou às perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. A Companhia possui política específica para a contratação de operações de "hedge" para mitigar esses riscos. Os principais ativos e passivos sujeitos aos riscos cambiais são:

- Fornecedores: a Companhia possui saldo de contas a pagar no exterior no montante de R\$157 (nota explicativa 12), equivalentes a US\$42 em 31 de dezembro de 2018.
- Instrumentos financeiros derivativos: durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não contratou nenhum instrumento financeiro derivativo.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e na taxa de juros

Os instrumentos financeiros, incluindo derivativos, estão expostos às variações de valor justo em decorrência da flutuação de taxas de câmbio e taxas de juros (CDI). As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou como risco de mercado que mais pode afetar o valor dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo o risco de taxa de juros: (1) taxas de CDI; e (2) taxa de câmbio do dólar norte-americano/real.

(ii) Seleção dos cenários

No quadro a seguir foram considerados três cenários de risco para os indexadores de moeda desses passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Além desse cenário, foram apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis do risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de dezembro de 2018.

A Administração não considerou a análise de sensibilidade para o cenário provável na desvalorização do real sobre o dólar norte-americano e o euro por considerar que este reflete substancialmente as variações cambiais já registradas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Os cenários possíveis e remotos consideram variações de 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de juros CDI em relação às cotações de fechamento em 31 de dezembro de 2018:

	Cenários		
	Provável	Possível -25%	Remoto -50%
<u>Aplicações financeiras - CDI</u>			
CDI em 31 de dezembro de 2018	6,12%	4,59%	3,06%
Aplicações financeiras indexadas – 95,63% do CDI - R\$6.575:			
Saldo contábil considerando a receita financeira estimada	402	302	201
Efeito	-	(100)	(201)
	Cenários		
	Provável	Possível +25%	Remoto +50%
<u>Empréstimos e financiamentos – CDI</u>			
CDI em 31 de dezembro de 2018	6,42%	8,03%	9,63%
Empréstimo indexado – CDI +1,66% R\$ 10.176, CDI + 3,04% R\$ 11.488, CDI - R\$35.490, CDI+7,39% - R\$ 11.193			
Saldo contábil considerando a despesa financeira estimada	4.388	5.485	6.582
Efeito – perda	-	(1.097)	(2.194)

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial em 31 de dezembro de 2018, a Companhia considerou os saldos conforme demonstrado na exposição cambial do item "Risco de taxa de câmbio".

Considerando essas exposições cambiais, em 31 de dezembro de 2018, a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto é como segue:

<u>Risco da Companhia</u>	Perdas	
	Cenário possível	Cenário remoto
Aumento do dólar norte-americano	<u>41</u>	<u>81</u>

O cenário possível considera uma valorização do dólar norte-americano em 25% sobre o real, considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2018 de R\$3,8748/US\$1,00 (R\$4,8435/US\$1,00), e o cenário remoto, uma valorização de 50% (R\$5,8122/US\$1,00).

Os resultados à luz das paridades consideradas seriam perdas de R\$41 no cenário possível e de R\$81 no cenário remoto.

22. GESTÃO DE CAPITAL

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito do "Weighted Average Cost of Capital - WACC" (Custo Médio Ponderado de Capital).

A dívida em relação ao capital no encerramento de cada exercício é apresentada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Total de empréstimos e financiamentos	99.936	50.605
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(18.112)</u>	<u>(44.435)</u>
Dívida líquida	<u>81.824</u>	<u>6.170</u>
Total do patrimônio líquido	<u>85.283</u>	<u>90.970</u>
Relação do patrimônio líquido sobre a dívida líquida	<u>104,2%</u>	<u>1.474,4%</u>

23. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A Companhia possui um contrato de aluguel de imóvel com prazo de dez anos, datado de 13 de junho de 2013, no qual está localizada sua planta de Hortolândia.

Em 31 de dezembro de 2018, a obrigação futura estimada do aluguel resume-se aos valores agregados descritos na tabela a seguir; os valores serão reajustados de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M ou na sua falta o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, ambos publicados pela Fundação Getúlio Vargas - FGV:

	<u>R\$</u>
2019	16.020
2020	16.020
2021	16.020
2022	16.020
2023	<u>7.298</u>
Total	<u>71.378</u>

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando em conta a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018, é assim demonstrada:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucros cessantes	175.306	203.289
Seguro predial	172.677	83.618
Danos materiais	161.678	150.000
Seguro D&O	40.800	43.620
Seguro locatício	13.776	18.527
Responsabilidade civil	13.600	14.460

25. RESERVA DE CAPITAL

Em 7 dezembro de 2018, a Companhia destinou sua reserva de capital de R\$ 9.952 para absorção de prejuízos acumulados.

26. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão e divulgação em reunião da Diretoria da Companhia realizada em 15 de abril de 2019.